



Ex.^{mos} Senhores

- Ministro de Estado e das Finanças
- Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
- Secretário de Estado da Administração Local
- Presidentes de:
 - Associação Nacional de Municípios Portugueses
 - Associação Nacional de Freguesias
 - IEFP
 - Associações Humanitárias de Bombeiros
 - Instituições P. de Solidariedade Social
 - Câmaras Municipais
 - Juntas de Freguesia
 - Entidades Regionais de Turismo
 - Assembleias Distritais
 - Serviços Municipalizados
 - Serviços Concessionados da Administração Local e Regional
 - Empresas Municipais
 - Todos os organismos da Administração Local e Regional

Of. n.º 1102/C

Data: 29.10.2015

Assunto: Aviso prévio de Greve

O STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, vem, ao abrigo do art. 394.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06 e dos art. 530.º a 543.º do Código do Trabalho, comunicar que, essencialmente no sentido de participar na acção de luta convocada pela CGTP-IN, para o dia 10 de Novembro de 2015, em Lisboa, caso outros meios não possibilitem essa participação, decreta uma greve ao trabalho normal, às horas extraordinárias e ao trabalho suplementar, a efectuar, nos termos abaixo indicados, das 0h00 às 24h00 do referido dia 10 de Novembro de 2015, abrangendo todos os trabalhadores da Administração Local e Regional, independentemente do respectivo tipo de vínculo, incluindo as empresas municipais, intermunicipais, multimunicipais, fundações e outras empresas, designadamente concessionárias e prestadoras de serviços, de natureza pública ou privada, bem como os que exercem funções nos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior, nas Associações Humanitárias de Bombeiros e nas IPSS e, ainda, os colocados pelos Centros de Emprego.

São objectivos desta greve:

Afirmar a recusa absoluta de um Governo que durante 4 anos assaltou os direitos laborais e sociais, os salários e o direito à aposentação dos trabalhadores da Administração Pública Local, atacou e vilipendiou o Poder Local em constante abuso de poder, atropelos à Lei e à democracia. Um governo que praticamente durante dois anos sonheou o direito à contratação e à autonomia do Poder Local, uma coligação que apesar de claramente derrotada nas urnas, vem de forma arrogante, tentar impor ao Povo português a sua continuidade e inclusive nomear para Ministro das Finanças uma pessoa que em diferentes situações omitiu a verdade aos portugueses, nomeadamente quanto à retenção ilegal dos contratos livremente negociados por